

ATIVIDADES:

COMPLEMENTAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA;

CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; E

IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.

LICENÇA PRÉVIA (LP).

Documentos preferencialmente no formato PDF. Limite de 20Mb por arquivo.

1 – Requerimento

Formulário a ser preenchido eletronicamente no Portal de Licenciamento do Inea.

2 – Documentos de identificação

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

3 – Documentos sociais

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

4 – CNPJ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

5 – Declaração de microempresa (Form. 35) ou Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)

RG e CPF do procurador constituído.

7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

8 – Termo de Responsabilidade

Formulário disponível no Portal de Licenciamento do Inea.

9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s).

10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos.

11 – Planta de localização

Em cópia de plantas do IBGE, mapas do programa Google Earth, croquis ou outros, georreferenciada, no sistema de projeção UTM ou Geográfica, com coordenadas do polígono de intervenção.

12 – Formulário de Cadastro

Formulário de Cadastro de Obras Diversas simplificado (Form. 05) preenchido e assinado pelo representante legal.

13 – Memorial descritivo da área do projeto

Deverá contemplar:

- a) Os limites do imóvel ou das instalações, apresentando pontos de referência e caracterizando a vizinhança do empreendimento, de modo a permitir um perfeito reconhecimento do mesmo;
- b) Localização do terreno em relação ao logradouro principal e a pelo menos mais dois outros, indicando a denominação dos acessos. Caso esteja situado às margens de estrada ou rodovia, indicar o quilômetro e o lado onde se localiza;
- c) Descrição da cobertura vegetal, topografia, tipo de solo e corpos d'água existentes, preferivelmente acompanhada de fotografias;
- d) Localização em relação aos cursos d'água (rios, lagos, etc.) mais próximos ao empreendimento, com seus respectivos nomes, quando houver;
- e) Pluviometria da região;
- f) Existência de áreas protegidas no entorno (mata atlântica, mata ciliar, manguezal, etc.); e
- g) Usos dos imóveis e áreas vizinhas, num raio de no mínimo 100 metros.

14 – Memorial descritivo do empreendimento

Deverá contemplar:

- a) Os objetivos e a justificativa do projeto;
- b) Características do empreendimento, contendo minimamente: identificação do curso d'água; tipologia de empreendimento (a fio d'água ou de acumulação com reservação); potência instalada; localização das turbinas e trecho de vazão reduzida; e
- c) Unidades de apoio durante as obras (canteiro de obras, oficinas de manutenção, usinas de concreto).

15 – Planta de situação do empreendimento

Em escala compatível, indicando os seguintes elementos:

- a) Orientação magnética;
- b) Topografia projetada;
- c) Corpos d'água existentes e projetados e respectivas faixas de proteção;
- d) Cobertura vegetal da Área Diretamente Afetada – ADA;
- e) Localização do eixo da barragem, dos extravasores, da tomada d'água e conjunto gerador e das estruturas dissipadoras de energia - canais de restituição; e
- f) Travessias de cursos d'água.

16 – Certificado de Reserva de Disponibilidade Hídrica (CRDH)

Poderá ser aceito o protocolo de requerimento de CRDH, no entanto a conclusão da análise do processo de licenciamento ficará condicionada a apresentação do CRDH.

No caso de empreendimento com capacidade superior a 5MW será aceito CRDH em nome da ANEEL.

17 – Estudo hidrológico

Deverá contemplar:

- a) Série histórica (QMLT);
- b) Estudo de vazões mínimas (Q7,10; Q95);
- c) Vazões máximas (Qmax – 500 anos ou milenar); e
- d) Estudo de usos consuntivos a montante do aproveitamento hidrelétrico.

18 – Caracterização do arranjo planejado

Deverá contemplar:

- a) Barramento;
- b) Reservatório, se couber;
- c) Tomada d'água;
- d) Circuito de adução;
- e) Chaminé de equilíbrio;
- f) Conjunto gerador;
- g) Dispositivo de restituição/canal de fuga;
- h) Subestação de energia; e
- i) Linha de transmissão.

19 – Despacho de Registro da Adequação do Sumário Executivo (DRS-PCH) emitido pela ANEEL

Para aproveitamentos com potência superior a 5MW.

20 – Declaração da ANEEL quanto a inexistência de impeditivos para implantação do empreendimento no local, considerando o Art. 8º, § 1º, da Lei nº 9074, de 07/07/1995, alterada pela Lei nº 13.097, de 19/01/2015

Para aproveitamentos com potência igual ou inferior a 5 MW.

21 – Coordenadas geográficas da poligonal da vegetação a ser suprimida

Inventário florestal da vegetação a ser suprimida, elaborado por profissional habilitado, acompanhada da cópia da ART do Responsável Técnico pelos estudos.

Observação:

Caso seja comprovada a ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, enquadradas na IN MMA nº 06/2008, o empreendedor deverá apresentar estudo científico, elaborado por especialista(s) pertencente(s) a Instituição de notório saber. Este estudo deverá confirmar que a supressão de indivíduos da(s) espécie(s) ameaçada(s) de extinção, existente(s) na área a ser suprimida, não acarretará, em qualquer hipótese, em risco à sua sobrevivência, bem como especifique e adote, através de apresentação de Plano de Recuperação e Conservação, práticas que visem garantir a preservação da(s) mesma(s) na área de influência direta.

22 – Cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos

Devidamente assinado pelo representante legal.

23 – Estudo Ambiental (EIA/RIMA, RAS, outros)

Dependendo do porte, da localização e do potencial de impacto ambiental do empreendimento, poderá ser solicitado algum tipo de estudo ambiental, em complementação aos documentos apresentados, que deverá ser desenvolvido de acordo com Instrução Técnica específica, elaborada por grupo de trabalho e fornecido após vistoria técnica na área.

No Portal do Licenciamento (portallicenciamento.inea.rj.gov.br) estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações, basta clicar na aba “Área do requerente”.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.